

SUJEITO SEM LEI? SUBJETIVAÇÃO BRASILEIRA E CRÍTICA LITERÁRIA DIALÉTICA

SUBJECT WITHOUT LAW? BRAZILIAN SUBJECTIVATION AND DIALECTICAL LITERARY CRITICISM

André Matias Nepomuceno*

“Lembremos por fim a nota perplexa que acompanha as intermináveis manobras, ou infrações, do “defunto autor”: a norma afrontada vale de veras (sob pena de o atritamento buscado não se produzir), e não deixa contudo de ser a regra dos tolos. Postos em situação, como reagimos? entramos para a escola de baixeza deste movimento, ou nos distanciamos dele, e o transformamos num conteúdo cujo contexto cabe a nós construir?”

Roberto Schwarz

“Mas admitimos que os esforços terapêuticos da psicanálise adotaram uma abordagem semelhante. Sua intenção é, realmente, fortalecer o Eu, torna-lo mais independente do Super-eu, ampliar seu âmbito de percepção e melhorar sua organização, de maneira que possa apropriar-se de novas parcelas do Id. Onde era Id, há de ser Eu. { Wo Es war, soll Ich werden }

É uma obra cultural como o aterro do Zuydersee, digamos.”

Sigmund Freud

RESUMO

O artigo aborda citações de psicanalistas ao crítico literário Roberto Schwarz. A relação forma e sociedade em Machado de Assis traria especificidades para a psicanálise cultural e a identidade nacional. A estetização de Memórias Póstumas de Brás Cubas antecipa nuances de Freud. Contraditórias ao liberalismo europeu, escravidão e favor levariam a traços volúveis. Em contraste com a disciplinadora neurose, a lei falha, ou sua continuada transgressão, formariam o descompromisso perverso, problema para a autonomia do sujeito e da esfera pública.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica dialética, psicanálise, Roberto Schwarz, subjetivação brasileira, lei

ABSTRACT: The article discusses psychoanalysts who quotes literary critic Roberto Schwarz. The connection literary form and society in Machado de Assis would bring peculiarities for psychoanalysis and cultural national identity. The stylization of the Posthumous memoirs of Bras Cubas anticipates nuances of Freud. Contradictory to european liberalism, slavery and favor would lead to fickle traits. In contrast with the disciplinarian neurosis, the law's fault, or its continuing transgression, would form the perverse irresponsibility, a problem for the autonomy of the subject and the public sphere.

KEYWORDS: Dialectical criticism, psychoanalysis, Roberto Schwarz, Brazilian subjectivation, law

¹ Doutor em Teoria da Literatura pela UnB, é membro do grupo de pesquisa Literatura e modernidade periférica. E-mail: andrenepomuceno@uol.com.br

Este artigo surge de apresentação oral em evento² de homenagem à memória de Antonio Candido, estendida ao professor e crítico literário Roberto Schwarz, e ao poeta Chico Alvim.

Visará expor conexões da obra do crítico reconhecido como expoente da crítica dialética no Brasil, com amplitude internacional, em sua incidência na obra de autores da área de psicanálise. A proposta é sinalizar, como parte de uma pesquisa em andamento, a dimensão ímpar da produção de Schwarz, não só na área literária ou cultural, mas como fundamentação para a análise do psiquismo social e seus mecanismos próprios de afluir na questão da interação do sujeito brasileiro com a lei. O seu reconhecimento, contido em recortes de citações, revela o conteúdo de verdade na chave interpretativa de sua análise da obra de Machado de Assis, especialmente nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Romance que já lançara, há mais de um século, a captação estética, com extrema perspicácia da vida mental brasileira, numa visada negativa, a partir de suas camadas dominantes estabelecidas.

A nova forma prospectava um olhar disruptor no poder de sua ironia desidealizante. A diferença a perspectivas românticas era resultante de maturada acumulação da literatura brasileira e universal, com atenção informada da cena nacional. Tratava-se de condensar, por meio da mimese, o sentimento do país, condicionado pela gravitação das idéias liberais e de suas contradições na estrutura escravista. Este perfil de nossas elites e, por extensão, do funcionamento do conjunto social, até então pouco divisado, embora presente no cotidiano ideológico do segundo império. Das derivações dessa forma literária, em sua leitura materialista, impressiona a amplitude da lucidez histórica a respeito dos rumos e dos conflitos de valores.

A partir das citações, tecerei comentários para matizar a pertinência de Schwarz quanto à dialética entre forma e processo social, com implicações no ganho de conhecimento específico da obra de Machado, a respeito da história do país e seu lugar mundo, com problemas reflexos aos modos de subjetivação no Brasil.

É razoavelmente sabido o ponto da dialética histórica entre um primeiro grau de liberalismo, descendente da ascensão burguesa ocidental, e o seu desdobramento nas ex-colônias periféricas.

Aquela ascensão seria encenada a ter por lastro a Revolução Francesa, com suas máximas: igualdade, liberdade e fraternidade, num empuxo à derrocada do ancien régime.e

Esse ponto histórico liga-se à transição à modernidade do capitalismo, cujo progresso não era um referencial a ser atingido, paulatinamente. Antes, as nações-satélites tinham ligação umbilical com o centro metropolitano, a começar pela exploração econômica predatória, por um mercado de matérias primas e produtos primários, importador dos bens de maior valor agregado. Uma divisão do trabalho baseada na escravidão e, posteriormente com mão de obra barateada e trabalho precário.

A configuração assim resultante não levaria a um movimento retardatário para alçar a condição europeia, mas contrapartida simultânea da mesma formação da ordem moderna do capital. Esse ponto será fundamental à sensação de desajuste nativo. Condição esta nem sempre assimilada por nacionalismos ufanistas ou desinformados, nem por modelos copiados. Para não falar dos interesses envolvidos. O Brasil nasce moderno, inserido no capitalismo e sua corrida ao progresso. Resta ver a contra-face, em sua especificidade, *diversa, mas não alheia*.

² Candido, Schwarz & Alvim – Homenagem Ímpar, realizado no Instituto de Letras da Universidade de Brasília, em 30 e 31 de agosto de 2017.

Uma face que constata esse duplo vínculo é a contradição que tem como figura grotesca uma arquitetura institucional e a ideologia racionalizadas, pelas elites proprietárias e seus agregados – diante de uma realidade de escravidão, frontalmente contrária ao ideal liberal. Essa discrepância será acrescida pelos modos de relações informais, dúbias diante das leis, dos princípios, e das alegadas liberdades civis. Laços volúveis. Cultura do favor como determinante de vantagens a tangenciar direitos.

Portanto, lealdades e a suscetibilidade, passível de reprimenda ou vingança, à mudança reativa de humores. Compadrio e paternalismo, a misturar o arcabouço público incipiente com o arbítrio privado. Engendra-se a quase ubiquidade do descumprimento à moralidade que afirma a igualdade perante o ordenamento jurídico e na de convivência com os outros.

Conforme nosso crítico, essa vida ideológica interna, teria ênfase às duas camadas sociais acima. Tinha como mediação mais universal o instituto do favor, com a sua assimetria hierárquica entre classes ou camadas, a determinar a dependência pessoal. Os agregados dependiam de de uma maleabilidade ‘malandra’ de critérios, a fim de lograrem êxitos em posições diferenciadas dos desprotegidos. Longe da alegada impessoalidade sob a lei republicana, o país acatava aspectos incivis sob a ordem oficial. Aspectos que, modificados, somados à permanência de um violento mandonismo escravocrata e antipopular, detêm espantosa recorrência.

Para o momento, em não menos importante posição, Machado procedia a partir de uma inversão do narrador anteriormente malsucedido no reconhecimento da dignidade social dos protagonistas, apesar das boas intenções proferidas que, na busca de posição pelo próprio esforço, esbarravam no paternalismo. O ‘defunto autor’, desta vez em primeira pessoa, diante da inexistência efetiva de uma esfera burguesa na base da realidade brasileira, viria a reposicionar-se num representante típico da classe dominante. Sem o espírito empreendedor, o esforço pela conquista, nem uma disciplina do trabalho. Brás Cubas ganhava ares de parasita, não obstante certa afetação cortês, Reincidente, mas derrisória, dado viver de patrimônio e frequentar as rodas sociedade estabelecida como elite.

Os traços de ceticismo ilustrado, sarcásticos, bem como uma erudição profusa e desconexa, como ostentação, advêm de conforto social local. As piruetas retóricas e os disparates lógicos são entradas para a volubilidade como o dinamismo principal de seu comportamento, aliada à narcísica busca de uma supremacia, uma diferenciação qualquer para firmar o *amor-de-si* como superior ao outro. Brás Cubas anteciparia o sentimento recôndito de inferioridade e de abalo na identidade, com a utilização oportunista de mecanismos compensatórios ao egocentrismo narcisista.

Esse agir da conveniência, não importando autocontradizer-se em ato, quebrava a verossimilhança com a expectativa do herói realista europeu, que tinha na desilusão da ascensão social e na relativização dos valores individuais diante da hipocrisia e da ambição burguesa, um dos motes principais.

Brás Cubas não age afirmativamente, é ambíguo de valores, não assume idéias nem ideais. Veste-os, conforme suas racionalizações. Sobretudo, não luta por autonomia.

Os mecanismos da volubilidade e do destaque a qualquer preço, ainda que imaginariamente, sem que importe a autocontradição, estruturam, como técnica narrativa e com ironia e humor caricato, o diálogo agressivo ao leitor. Este, vê-se em situação, contraditado pela sinuosidade do narrador, pois a narração demanda racionalidade e princípios, sob pena da inconsequência, ao questionar a suposta credulidade da leitura.

Cabe ao leitor, se desperto, decidir entre a cumplicidade e a crítica.

A responsabilidade em seguir uma linha de autonomia racional, descende à distância, do iluminismo. Vai ao encontro dos pressupostos contemporâneos do sujeito burguês. Há que se tomar, ao mesmo tempo, a expectativa do herói problemático, que luta para realizar-se enquanto individualidade rebelde à vida cinzenta do conformismo.

Mas não me antecipo, sobre essa questão do sujeito. É item em destaque na trajetória sobre os autores da área “psi” que abordarei.

Uma derivação máxima da reviravolta machadiana inaugurava, não sem uma causalidade literária ímpar, a internalização na composição, mecanismo inerente à forma da obra, portanto, não mais o foco no conteúdo ou tema artificialmente aplicado por opinião ‘externa’. Independentemente do mérito do contexto das ideias, tomadas como ponto de partida na matéria brasileira e não de resultado, muito menos almejado por teses pré-moldadas ou modelos desajustados. Essa internalização não depende de opção do escritor, como também não deprecia a fatura estética, pois que ganha mais sentido, quer saiba ou não a intenção autoral, ao sobrepor, inexoravelmente, forma sobre forma. Seu saldo de relevância, no caso de Machado, segundo o crítico permanece, por mais de cem anos, atual. A façanha literária que completou a formação da literatura brasileira, para quebra das ilusões nativistas, atingia caráter universal justamente ao compor o modo nacional em maior felicidade. O herói realista aqui era um herói inerte, num enredo em que a soma de atrito é zero, uma vez que, para a camada dirigente, representada na posição social de Brás Cubas, não havia a coerência com uma autonomia subjetiva disciplinada.

O princípio base da construção do romance, é o não cumprimento, ou o descumprimento de qualquer lei, seja em sentido estrito, seja, em sentido amplo e figurado. As ilusões perdidas por aqui eram duplas. A queda da promessa ideológica burguesa ocidental (em parte cumprida com o progresso social e econômico, e a esfera pública), mostrava-se, com destaque nos conflitos sociais, principalmente o capital *versus* trabalho, essencialmente uma promessa não realizável. O progresso não era equânime na distribuição das riquezas. Apesar do assalariamento livre, o desemprego, as condições miseráveis de trabalho e pobreza não eram eliminados. A universalidade travestida daquela juridicidade formal era brecada com o aparato classista repressor. Aqui, sem os avanços da civilização ocidental moderna, até por causa da ausência da revolução burguesa, essa ordem, importada com uma independência política consentida pela casa real, convivia com seu antípoda, a escravidão, e uma massa livre sem atividade funcional no mercado. Que dizer dos direitos civis ou instituições para reivindicá-los? A contradição entre uma elite que se vangloriava da modernidade liberal, com uma realidade material desprovida dos processos civilizatórios e a defesa cruel das vantagens de manter os privilégios herdados da escravidão secular, levantava o lado grotesco da mesma moeda que se afirmava civilizatória. Na verdade material, os interesses econômicos e de domínio continuavam sob outra forma, fazendo da peculiar formação das classes internas um estranho espelho da mundialização do capital.

Impõe-se a pergunta crucial se aqui a ocorrência geral seria, em paralelo com certas visões de superar o atraso colonial, fazer cumprir a lei demasiadamente transgredida. Mais densa que isso, é a constatação de que haveria sim a dominante de uma lei da transgressão como regra, e não exceção. A discrepância entre herança colonial, modernidade simultânea em outra face do mesmo capitalismo e modos institucionais pretensamente liberais, colocava, inexoravelmente, a crítica da crítica à ilusão da liberdade burguesa. Um impasse de fato, não só de direito.

O realismo na arena do século XIX abordava problemática do indivíduo que buscava que se

deparava com limites reais, bem diferentes da promessa ideológica de liberdade e oportunidade do liberalismo europeu consolidado nos países centrais, como decorrência das revoluções burguesas. A ideologia liberal assentava que todos seriam sujeitos de direito, que o indivíduo era autônomo para empreender, trabalhar como assalariado, contratar suas relações no mercado. Até certo ponto, essa promessa ideológica se cumpria, com o trabalho livre, uma ética do esforço próprio, o primado genérico do estado de direito. No entanto, as barreiras reais advinham da propriedade e das relações de poder, hegemônicas, ao fundo, pelo novo modo de produção. A modernidade capitalista, sobretudo pelo princípio da apropriação privada do excedente econômico, do lucro, apesar da queda dos absolutismos, e de alegar a cidadania jurídica universal, não tinha espaço para a classe trabalhadora em condições igualitárias.

O impulso da consolidação impunha alguns avanços nos marcos das garantias constitucionais, no entanto, pela real relação de classes, isto estava longe de se materializar como universal. Será de valia, o registro de que estas mesmas nações, o mais das vezes, ainda tinham o domínio, incluída as inversões econômicas sobre várias das ex-colônias, que, por sua vez, buscavam suas independências e a construção de seus próprios estados liberais, gerando assim uma assimetria, simultânea, no cerne dos pressupostos burgueses de autonomia.

Com o risco da simplificação, pode-se falar que Brás Cubas não era veículo para expressar a desejada e anteriormente idealizada identidade nacional; mas antecipava, sob a felicidade da fatura artística, uma organização da reflexão e do conhecimento sobre a complexa especificidade da formação histórica brasileira, sua vida social e sua inserção nas modas do mundo. Sem floreios, ingenuidades e sujeição a modelos. E com a ousadia de não subestimar a inteligência. Machado era também pioneiro em compor que não se podia confiar no discurso do narrador, adiantando conceitos e técnicas da psicologia profunda e da crítica ideológica, não necessariamente de modo deliberado, mas como pesquisa e tessitura estética, executadas por uma técnica apuradíssima.

Cumpria assim o efeito que nenhuma das disciplinas científicas, históricas ou filosóficas, teriam feito até o momento, até mesmo porque se desenvolviam nos termos gerais das matrizes europeias, que, por certo, não se aplicavam de modo direto, à feição local.

Por exemplo, o sujeito de direito, pressuposto como paradigma pela ordem jurídica burguesa universal, tinha como corolário a autonomia subjetiva.

Cumpria contratos, sob pena de sanções legais. Funcionava com a disciplina nova lógica da acumulação. Por outro lado, tinha as garantias legais do direito à privacidade.

Dos conflitos oriundos dessa dimensão privada reconhecida em lei, com a nova vida social administrada sob o capital e submetida às novas burocracias, é que surgiriam os conflitos realistas. As individualidades em choque rebelde contra a aprisionamento institucionalizado numa vida domesticada pelas convenções disciplinares.

Assim, as patologias decorriam de que o sujeito de direito não obtinha simples a autonomia subjetiva de fato.

Dessa forma, aqui, o sucesso era proporcionalmente associado, para os mesmos fins, a uma posição superior numa ordem escravocrata, na qual o contingente de homens livres, sem mercado de trabalho, adquiriam a condição predominante de agregados, indivíduos flutuantes e apegados a relações de favor e submissão. Esse viés de pusilanimidade interessada às elites de senhores, levava ao arrepio da lei formal, o mais das vezes, a dispor da institucionalidade estatal para uso privado,

clientelista. Ou para o arbítrio, muito distante da declaração nas Constituições.

Em sequência procedo à recolha comentada das citações das “idéias fora de lugar” e desse lugar que aponta o desajuste, proveniente de crítica literária materialista de Schwarz sobre a originalidade estética de Machado de Assis, nos debates e teoremas da subjetivação à brasileira, conseqüentemente, da função da psicanálise, clínica e cultural.

Modos de subjetivação no Brasil – algumas considerações

Em seu livro *Modos de Subjetivação no Brasil* (*), o psicanalista e professor universitário Luis Cláudio Figueiredo destaca bastante a importância da obra de Schwarz a respeito de uma *questão-chave* na proposta do livro: *quem* e, sublinho, *como*, os brasileiros, somos.

Na apresentação, o autor assinala que respeita a obra, reconhecida como destaque na crítica materialista, mesmo ressaltando outras filiações: “Em particular, me foram de muita valia as análises elaboradas por Roberto Schwarz, embora, como o leitor poderá verificar facilmente, minha compreensão da modernidade parte de um referencial teórico bem distante do marxismo deste autor.” (FIGUEIREDO, 1995, p.11)

O livro busca interpretação para processos de subjetivação no Brasil. É obra norteadora, didática.

Numa compreensão abrangente da idade moderna ocidental, o autor localiza desde as concepções de existência do século XVI, o surgimento do modo de subjetivação ligado a um sujeito seguro e uno, com identidade soberana. Ressalta Descartes e sua visão de homem como centro autônomo, fundante de si, que subjaz: daí a origem em *sub-jectum*. A insegurança teria advindo, em relação a modos anteriores, e a este que se formava, pelo auge do Renascimento, como paradigma inquieto dessa transição, entre outros fatores, por ter entre seus traços um ceticismo ativo. A identidade genérica que perduraria, dava margem ao advento da intimidade e dos espaços da privacidade. Em apertada síntese, se estabeleceria a separação nítida “(...) entre as esferas públicas e privadas atribuindo-se a estas últimas a função básica de fortalecimento do *innerself*. Será apenas um eu interior bem consolidado que poderá exercer nas esferas públicas suas prerrogativas de sujeito.” (FIGUEIREDO, 1995, p. 33)

É importante ainda o registro de que essa moderna cultura do sujeito dará vazão a diferentes modalidades dessa subjetivação, entre as quais a do individualismo liberal, que não se desenvolveria sem variações.

De volta à manifestação localista desses processos, não dissociados no todo, o autor avança em questões acerca de quem e como somos. Categoriza as divisões da subjetividade brasileira em partes passíveis de especialização didática, tais como as pessoas, os indivíduos (que podem ser reduzidos a meros indivíduos) e os sujeitos. Qualificações que serão integradas na forma do país oficialmente independente. Para isso, faz uma retrospectiva aos costumes ibéricos e europeus, bem como situa-se em meio a autores relevantes à nossa formação social.

Foca o país como sociedade do Ocidente, mas que ocupa posição excêntrica e peculiar. Diriam os estruturalistas desenvolvimentistas cepalinos: periférica. Estuda as análises de historiadores, antropólogos e teóricos da literatura, e mesmo, nossos humoristas, entre os quais incluirá Machado de Assis.

“Em seguida, enfocarei a problemática da subjetivação no Brasil introduzindo algumas

interpretações como, por exemplo, as elaboradas pelo historiador Sérgio Buarque de Hollanda cujo livro *Raízes do Brasil* é ainda, no meu entender, o grande marco na literatura sobre os modos de subjetivação brasileiros; mas veremos também as influentes contribuições de, entre outros, um antropólogo, como Roberto DaMatta e de teóricos da literatura, como Antonio

Candido e Roberto Schwarz.” (FIGUEIREDO, 1995, p.18)

No Brasil contemporâneo, aquelas tipologias de pessoas, meros indivíduos e sujeitos levam em conta, novamente, que o país é derivado da experiência ocidental moderna. Possui a marca forte de um dualismo comparativo, isto é, uma formação excêntrica, pré ou anti-moderna, com características de modos de ser patriarcal, personalista, cordial, frente a uma formação ascendente central e “universal” caracterizada como sociabilidade capitalista, com os valores individualistas e um racionalismo utilitarista e pragmático.

Para a análise desse dualismo e seus reflexos na vida nacional e das subjetividades são ressaltados, na leitura do autor, vários dos argumentos de Schwarz, tais como:

“A obra de Roberto Schwarz, embora, tomando como ponto de partida a duplicidade da experiência brasileira, pertence a outra linhagem: trata-se, aqui, de conservar as duplicidades e contradições no plano fenomênico e experiencial para superá-las nos planos estrutural e genético. Em outras palavras, a questão será a de entender como os dois brasis são postos e repostos no seio de uma unidade autocontraditória. Nesta medida, os aspectos “atrasados” e pré-modernos em nossos hábitos, procedimentos e valores não são mais sobrevivências ou vestígios de um mundo em fase de extinção, mas partes da nossa maneira de entrarmos na modernidade e de sermos modernos.” (FIGUEIREDO, 1995, p.46)

Estão dados assim, os termos básicos que Figueiredo extrai da leitura de R. Schwarz e que usará como fundamento de estudar os modos de subjetivação não apenas enquanto fenômenos de antropologia culturalista.

Um fato nessa questão que dava em duplicidade, seriam os títulos que tornavam em *pessoas* especiais uma elite dominante ainda regida em grande parte por modos coloniais, com *déficit* patente na internalização das leis.

Somada a isso, a *volubilidade* dos proprietários, com a disponibilidade da força bárbara, lhes qualificava como senhores *delinquentes*.; uma *perversão* dada em grau maior na extração produtiva com seres humanos tidos por coisas, sem subjetividade oficial.

A contradição na base era total e motivava a vitória do capricho, que é ato de poder tomado ao repêlo do momento. No entanto, a vitória do capricho é a derrota da subjetividade como conquista burguesa, que se molda por constância, coerência, predomínio da vontade, autoimposição da lei e da disciplina.

Aqui o *sujeito moderno* podia alternar, sem sanção, o autogoverno com o descontrolo de si.

Um outro o dinamismo dessa estranheza dualista, seria a faceta ornamental que a disjunção engendraria, levando não só a uma incoerência assumida, mas a um traço psicológico concreto. A oscilação como ostentação incrustava-se na subjetividade.

Desse modo, infere-se não haver de fato um *fora de lugar*. Expressão que seria irônica, referida mais à *sensação* de *desajuste*. Na verdade, essa objetividade de *ornamentos* na própria constituição de si, leva a um *novo lugar*. A contradição ideológica subjetiva não seria resolvida pela denúncia de incoerência, que não deixa de existir.

Um movimento para abordar tal mescla seria equiparado a métodos terapêuticos para a mudança de comportamentos adquiridos e conflitos resistentes, na busca de superar identificações externas, pelo trabalho do sujeito, moderno, mas em sua circunstância.

Por um outro lado, para integração da anomalia díspar, impõe-se o elemento de classe: apenas forças materiais moldariam, ao longo do tempo e de outras variáveis no complexo da história cultural, o (auto)reconhecimento e a cobrança política da contradição.

Para tanto, o elemento teórico de uma análise realizada na prática seria capaz de possibilitar ao sujeito a compreensão da situação e oportunizar a escolha de uma nova coerência? Seria possível uma analogia social com a *psicanálise* para trazer à luz do ego a sombra de condicionamentos compulsivos do capricho e do arbítrio? Mas quem a arbitraría? Sob que Lei?

Qual o dilema entre a civilização projetada e a experiência social de valores volúveis, sem delimitação rigorosa da ordem civil, que implica ônus aos ‘instintos’?

Incidentalmente, o problema da instauração da centralidade à norma pública, e da autoridade que a assenta, e a quebra, se põe de modo agudo, como na contundente poesia contraída de Chico Alvim, em que o choque de vozes sociais correntes é lançado ao leitor, que pelo próprio jogo elíptico, é convocado a exercitar quem fala a quem. E se situar. Aqui, só para anotar, um exemplo magnânimo dessas sínteses muito brasileiras, aparentemente prosaicas:

ARGUMENTO³

Mas, se todos fazem...

O argumento, suposto lógico, é quebrado por se pautar por confortável relativismo. No entanto... não deixa de ser concreto, dada a realidade social não ser permeável ao *quixote* de ocasião. Resta saber, ao leitor, ainda, no caso de ser uma pergunta de autoridade, se a conduta foi ou não tolerada. Se funcionou ou não. Poder-se-ia pressupor um possível complemento: “seria besta não fazer”.

Digressão poética feita, para o autor *psi*, independentemente das dissonâncias, uma área definitiva em torno do lugar e consequência da lei e das idéias no Brasil, entrelaçadas com a teorização de Schwarz, seria o que ele denomina como ‘*cercanias do pachola*’.

Essa delimitação, além de ambiente no qual transitam as manifestações correntes do ceticismo fácil, desapegado a quaisquer filiações pré-concebidas, daria também margem a um espaço de trabalho. Um espaço pragmático, ressabiado com a suspeita e a dúvida, mas de crença na formação moderna do país. A estrutura desse andamento persistiria, nacional e organizada, sob pena de *todos termos nos tornado psicopatas*, o que não parece dado.

Registre-se, não obstante, os retrocessos expressos da conjuntura civilizacional hoje. O destampatório à luz do dia do surdo regougo histórico das elites proprietárias. O ódio de classe ressurgente e feroz. A instrumentalização de camadas dos *agregados* com as saudades adictas da colônia, que, ironicamente, lhes serviliza. Um exemplar pulsional de um *inconsciente* selvagem que irrompe, em seu atavismo rapinante, à quebra, *volúvel*, das instâncias mediadoras da lei como universal.

Conforme o autor, nessa faixa crítica de sobriedade, com argumentos racionais e estudados como diagnóstico, não necessariamente de facilidades positivas, pode-se lançar um olhar realmente autônomo sobre o país e suas relações. Uma visão de que o estranhamento cético pode ser produtivo,

na clínica e na formação do sujeito que se põe em atividade, o que exige esforço e trabalho.

Num parêntese, as condições para isso não dependem só de vontade, pois são processos lentos, que, no Brasil, só no século XX, com a urbanização em escala e a afirmação republicana, consolidaram novos elementos de subjetivação, inclusive política. Tais como movimentos organizados de trabalhadores e da sociedade civil.

Para uma aproximação sobre as ‘*cercanias do pachola*’, volto ao crítico literário, ainda quanto à *anomalía* entre idéias e ornamento:

“Largamente sentido como defeito, bem conhecido mas pouco pensado, este sistema de impropriedades rebaixava o cotidiano da vida ideológica e diminuía as chances de reflexão. Contudo facilitava o ceticismo em face da ideologia, por vezes bem completo e descansado, e compatível com muito verbalismo...”. (SCHWARZ, 2000, p. 26)

As idéias e a ação da burguesia, que já eram criticadas em tom crescente nos marcos internos da Europa liberal – incluídas propostas nascentes para além do estado liberal e sua democracia formal, como as do socialismo – mostravam a olho nu, pela evidência diária, o abalo no fundamento da sua intenção universalista.

Em lugar de referência, por aqui eram absorvidas sob o empuxo do ambiente social e das relações materiais locais, bem diferentes e em contradição com sua promessa ideológica, por sua vez, nada inocente:

“Se eram aceitas, eram-no por razões que elas próprias não podiam aceitar. (...) Assim, o que na Europa seria verdadeira façanha da crítica, entre nós podia ser a singela descrença de qualquer pachola, para quem utilitarismo, egoísmo, formalismo e o que for, são uma roupa entre outras, muito da época mas desnecessariamente apertada.” (SCHWARZ, 2000, p. 27).

Ora, o caráter lábil já nascera no mesmo dinamismo da modernidade do capital. A crítica ideológica surgida dos próprios antagonismos sociais pelos quais se descobria o logro liberal na Europa, apontava para os limites do capitalismo. Sem o desprezo dos avanços dados, se tomados como uma espécie de alavanca tática, o espaço de um andamento coerente para o descompasso brasileiro deparava-se com uma crítica em *segundo grau*. Posição de autonomia a buscar um progresso em aberto, mas não iludido.

Enquanto isso, a descrença fácil não se furtava à superficialidade e à troca inconsequente de cores, desde que promovessem aos *pacholas* alguma vantagem, ainda que imaginária, ou meramente proselitista. Com as idéias mesmo, pouco ou nenhum compromisso; o que nos leva a inferir das dificuldades de uma subjetivação pautada pela responsabilidade na construção de uma autonomia própria, que coubesse aos brasileiros.

Com a dimensão de profundidade dos argumentos de Schwarz, Figueiredo tece uma ironia, no tom de blague, para logo em seguida, fazer uma reflexão de síntese, consequente e compromissada, sem pedantismos ou ornamentos:

“Confesso que num primeiro momento me invade a sensação de que isso é comigo. Serei eu o famoso e descansado pachola? Em retaliação ao incômodo por que me fez passar, acode-me perguntar se o marxismo de Schwarz não seria uma idéia fora de lugar (fora, aliás, de todos os lugares). Mas não; nem ceticismo fácil, nem ideologias exóticas. Contudo, sem dúvida, é nas *cercanias do pachola* que me encontro, neste brasileiríssimo espaço de pragmático – e risonho

– ceticismo, que o pachola ocupa sem nenhum esforço, mas que também permite e incita a trabalhar.” (FIGUEIREDO, 1995, p. 92).

Aqui Figueiredo torna o proveito teórico da crítica de Schwarz, para fins de balizamento de um lugar de atuação e trabalho, justamente sem temer encarar o desajuste, que se reduplica num duplo desafio para o assujeitamento, diria, adulto. *Esse* lugar pragmático demanda o trabalho do pensamento e da elaboração histórica. Uma posição que refuta a importação postíça de idéias, também a xenofobia, mas solicita a assimilação com adequação à circunstância, cujo modificar é também parte decorrente. Um lugar do sujeito?

O autor, a meu ver, toma como contribuição fundamental a filiação à tradição crítica da formação do Brasil, sem fechar os olhos às disparidades materiais e à hegemonia de interesses metropolitanos, que são reais, a crer na razão atualizada. A esse sujeito brasileiro estariam ligados os elementos de reflexão para tomar a sério a facilidade cotidiana com que os ceticismos fraudadores e fanfarrões, pedantes ou vulgares, tornam-se característicos.

Para isso, reconhece, sem desmerecer, que são necessárias mais que técnicas psicológicas às individualidades que procuram *passagens* para os *desencontros* de tipologias; seja para se sentirem *pessoas*, e portanto se diferenciarem como superiores a *meros indivíduos*, seja para um projeto de *assujeitamento*.

Para terminar minha abordagem de Figueiredo, registro que ele menciona a psicanálise *‘fora de lugar’*. Filha da crise da modernidade, já crítica à unidade e funcionamento de suposta identidade do sujeito burguês-liberal, posto que a subjetividade tem divisões que a consciência não domina. No entanto, dialeticamente, como diria Freud, o ego consciente seria o pouco, mas parte fundamental que temos, mediante a clínica psicanalítica, para priorizar o princípio da realidade. Tanto o Ego, como o Inconsciente e o Superego, como instâncias tópicas e interativas do aparelho psíquico, não seriam alheias aos constrangimentos da cultura em que se formam os sintomas. Dessa forma, a psicanálise, no Brasil, não descartaria mutações próprias nessas instâncias, atingindo também, um duplo grau de crítica: a do sujeito *volúvel*, diferenciado do burguês liberal de matiz europeu, e a divisão psíquica que se dá com influência de outras identificações sociais quanto à *lei*.

Num parêntese, Machado de Assis daria consciência configurada ao tornar a volubilidade e o capricho arbitrário de Brás Cubas em forma literária composta para processamento simbólico, entre entrada estética, reflexão histórica e subjetivação imanente.

Talvez num corolário de que a razão dialética não advém da reflexão abstrata ao meio, Figueiredo termina registrando que nas ‘cercanias do pachola’, lugar em que ocupa um trabalho pragmático como analista, cabe o reforço (em coincidência com Freud) ao papel desbravador de nossos artistas, bem como dos humoristas. Ressalta a advertência de Dom Cavaca: “Os humoristas se esforçam para fazer do Brasil um país menos engraçado.” (FIGUEIREDO,1995,p.93)

O autor inclui Machado dessa dupla condição, e talvez interpretasse de Schwarz que o nosso escritor do universal romance brasileiro *Memórias Póstumas* não trataria a sério o leitor se dele não risse, nem o tomasse como impróprio senhor de si, chamado a descobrir a sua morada e poder de decisão.

Ou seja, o trabalho concentrado de composição encontra-se com o humor informado e desabusado. Que não dispensa, e mesmo, promove, o fundo de verdade, ainda que em um negativo característico: nem ceticismo fácil, nem ideologias exóticas.

À frente de ideólogos ou militantes de causas várias, esse lance possibilitou alinhamento à gravitação das idéias, inaugurando um espaço específico de literatura como antecipadora de um pensamento nacional original. Um grande passo que percorre, sóbrio e continente, o curso de seu lugar no *tic-tac* do mundo.

Ao tempo em que se compõe esteticamente, a referida obra machadiana compõe *pari passu* a consciência do compositor, revelando que o país que ela discerne já não é o mesmo que critica. Num terceiro pólo, moderníssimo, insere o leitor na responsabilidade inescapável de escolha, sob pena de cumplicidade, ou ingenuidade. Apresenta-se, assim, uma facilidade que não deixa de ser tão possível quanto, em toda sua elegância fleumática, extremamente sarcástica.

O sujeito brasileiro define-se ao constatar que sua história moderna já dada, e não, em atraso, é, e ao mesmo tempo, é ainda em curso e a fazer, o que é uma hipótese e não uma garantia. A lição de Machado continua a ser de um realismo moderno e, brasileiro.

A crítica de Schwarz possibilita a análise do lugar das idéias, com a organização de recursos explicativos que expandem as interpretações da obra de Machado como sondagem do Brasil. Esse pólo de autonomia estética e de crítica, mostra a possibilidade de pensar a *confusão de indivíduos (e meros indivíduos) , pessoas e sujeitos*. Um amálgama em que, segundo Figueiredo, convivem contraditoriamente em todos os brasileiros, em maior ou menor grau.

De um modo ou de outro, a duras penas, para uma efetiva universalização da Lei, impõe-se à subjetivação brasileira o duplo discernimento civilizatório da modernidade anômala: em relação à qual seríamos herdeiros, mas não condenados.

Machado e Schwarz como psicanalistas brasileiros

O próprio Figueiredo (1995, p.89) anuncia ter sido outro psicanalista, Sérvulo Figueira, o pioneiro em se apropriar da análise de Roberto Schwarz como necessária para se pensar a psicanálise como uma teoria e uma prática fora de lugar no Brasil: “Pelo que sei, foi Sérvulo A. Figueira (1991,1994) quem primeiro se apropriou da análise de Schwarz para sugerir a necessidade de se pensar a psicanálise como uma teoria e uma prática fora de lugar.” (FIGUEIREDO,1995,p.89)

Após comentar a premiação “Homem de Idéias 1990”, concedida pelo Jornal do Brasil a um Professor de Teoria Literária da Unicamp, pelo brilhante e original livro, Figueira avalia que “recoloca o Brasil em geral e um dos nossos maiores escritores como questões que podem fascinar todos os brasileiros: trata-se, é claro, de Roberto Schwarz e do seu *Um mestre na periferia do capitalismo – Machado de Assis*.” (FIGUEIRA, 1991,p.182),.

Passo a comentar esse outro autor *psi* que trata expressamente a obra do crítico materialista como elemento teórico importante para questões da psicanálise nacional. São temas tais como originalidade ou cópia, repercussão na prática clínica do analista, influência modificadora do estado conceitual da segunda tópica freudiana, com as instâncias de ego, id, e superego sofrendo matizamentos relevantes. O foco é sobretudo quanto a este último, que, grosso modo, como se sabe, seria a instância do espaço psíquico mais relacionada à censura, ao interdito ao incesto e ao assassinato. Expressões simbólicas, que, figuradas pelo complexo de Édipo, são os atos mais impulsivos a conceder, ao longo do desenvolvimento de sua majestade, o bebê, as paixões inconscientes da completude e da onipotência de seu gozo.

A castração, também simbólica, desses desejos e pulsões primitivas, passa por internalizar, com destaque no superego⁴, as renúncias e limites, que são o preço para entrar na cultura. As figuras de autoridade, metaforizadas como paternas, são as responsáveis pela identificação e assimilação de seus modelos e pela cobrança ao ego para que cumpra a lei. Lei, limites, ética, são paradigmas de adequação ao comportamento em ambiente interativo com o outro; quando quebrados pela falha moral, ensejam o sentimento de culpa e o despertar de uma expiação pela (auto)punição. A não ser que haja o trabalho de autonomização e reconhecimento do indivíduo como pertinente ao laço social, ou seja, seu amadurecimento como sujeito, de si e da cultura.

Desse resumo muito tangencial, o que interessará aqui, é a porção dessa modelagem correspondente à internalização, na identidade, das identificações assimiladas na prática social corrente, em sua relação com a lei instituída como regramento geral.

No caso brasileiro, conforme já comentado, e Figueira novamente ressalta com ênfase, a teorização de Schwarz demonstra que o apanhado de comportamentos predominantes das classes dominantes brasileiras se enfeixa, historicamente, no termo volubilidade. A modo próprio, trata-se de um superego tendencialmente frouxo, permissivo e ambíguo, o que permitiria, e até incentivaria, não tomar a lei a sério e, conseqüentemente exercer e desfrutar de atos interditos sem reprimenda ou culpa. Algo como um egoísmo tolerado, e mesmo estandarizado, com cenas de violência explícita. Desse modo, esse gênero de sujeito surge caracteristicamente malformado, pois não atenderia, em regra, à renúncia como condição para a convivência civilizada, universal. Ele pode atender à lei, tanto quanto pode transgredi-la, sem sofrer sanção capaz de impedir a reincidência e a compulsividade para comportamentos primários, ou *perversos*.

Essa discrepância terá intensos efeitos na subjetivação brasileira, uma vez que impõe o problema central de chegar a um sujeito aderente à lei. Uma ordem, que, no entanto, precisa também ser instituída, ao mesmo tempo, num pacto social (e com o superego) verdadeiramente moderno – tomado ao menos nos parâmetros imitados da Europa; ou seria necessária uma conformação própria? Para Figueira, a obra de Schwarz organiza a subjetividade, em estado latente, sutil, dos setores dominantes de nossa sociedade. Essa não seria a finalidade do livro, mas um subproduto de sua análise refinada e inteligente.

“Schwarz nos permite perceber que Machado de Assis nos legou em forma literária a nossa primeira psicanálise. E Schwarz, analisando a obra de Machado de Assis, deixa esboçada uma “econômica”, uma “tópica” e uma “dinâmica”, por assim dizer, a organização subjetiva brasileira, contribuindo assim para uma compreensão da psicanálise que praticamos e pensamos no Brasil.” (FIGUEIRA,1991,p. 182)

O autor segue a considerar que tal legado tem validade relevante na época e atualmente.

⁴ Disponibilizo esse trecho de Freud, que servirá como balizador para situar, de modo básico, a dinâmica de sua ‘segunda tópica’, que terá interesse quando abordados os termos de identificação, identidade, sujeito e internalização da lei, entre outros conexos. “Assim, afirmamos repetidamente que o Eu se constitui, em boa parte, de identificações que tomam o lugar de investimentos abandonados pelo Id; que as primeiras dessas identificações agem regularmente como instância especial dentro do Eu, confrontando este como Super- eu, enquanto mais tarde o Eu fortalecido pode se comportar de modo mais resistente às influências dessas identificações. O Super-eu deve a sua especial posição no Eu ou ante o Eu a um fator que deverá ser estimado a partir de dois lados: é a primeira identificação, acontecida quando o Eu era ainda fraco, e é o herdeiro do complexo de Édipo, ou seja, introduziu no Eu os mais imponentes objetos. Em certa medida, ele está para as mudanças posteriores do Eu como a fase sexual primária da infância está para a vida sexual após a puberdade. Embora acessível a todas as influências posteriores, conserva por toda a vida o caráter que lhe foi dado por

sua origem no complexo paterno, ou seja, a capacidade de confrontar o Eu e dominá-lo. É o monumento que recorda a anterior fraqueza e dependência do Eu, e que mantém seu predomínio sobre o Eu maduro. Assim como a criança era compelida a obedecer aos pais, o Eu submete-se ao imperativo categórico do seu Super-eu.” (FREUD, Sigmund. O Eu e o id. In: Obras completas, volume 16: O eu e o id, “autobiografia”

Registra que eventuais derivações e simplificações que venha cometer não seriam de responsabilidade de Schwarz.

Repisa que o grande choque, um ponto central que orienta a questão, e o debate, é a torção dos liberais brasileiros, naquela perspectiva, quanto aos ideais da revolução francesa, com a sua maior negação: a escravidão.

Anota o problema da importação cultural, como se fôssemos europeus, com arranjos e dissociações que escapam à nossa consciência, o que, portanto, exige trabalho de análise para ser identificado.

A matriz histórica de Schwarz correlaciona-se a uma divisão dentro do sujeito entre ideais duplamente deslocadas em relação ao ego; pois que ideais, e, mais, de outro mundo, inalcançáveis, dado que a realidade em que vivemos nos impede de persegui-los durante muito tempo.

Novamente, divisa-se aqui, a convergência da recepção de segundo grau em relação a idéias oriundas de outros processos históricos e sua manifestação na dinâmica social.

Noutra digressão, essa dualidade lembra o uso proliferante de citações a referências literárias e filosóficas de grande e variada erudição, ao menos cosmética (como efeito pretendido pelo autor), que em Brás Cubas configuravam o pseudo intelectual em seus vai-e-vens retóricos. De fato, essas piruetas racionalizam como atemporal e intrínseco à humanidade um darwinismo social ou outras supostas filiações ‘pessimistas’. A narração desse narrador e a instância que o compõe, também na característica de provocar o leitor, com ele ‘dialogando’ diretamente, problematiza o meio e o tipo de ‘vida’ material que possibilitam a Brás Cubas tantos devaneios e elucubrações.

Aí possivelmente restará alguma coerência. O ilustrado personagem sofre de questionamentos de consciência sempre confortáveis, no que esquece de registrar, porque não conveniente, que nenhum esforço, energia ou ônus lhe demandam; esse conforto como fundamento é uma constante que permite a miscelânea de ‘pensamentos’. Um notável desfile é encenado, com certo esnobismo, e mais, com deletério sarcasmo a quem acredite na sua boa fé e na sua miséria.

O leitor divide-se então entre identificar-se com um protagonista que não atinge suas expectativas verossímeis, além de desprezá-lo fingindo seduzi-lo, ou tomar para si a tarefa de buscar uma coerência com uma ordem anômala e falha de sentido. O romance sem apelo épico, nem mesmo de uma épica problemática, coloca-lhe como problema o desafio de se situar, sob pena de tornar-se ele próprio um personagem sem autonomia própria, ou, o que é pior, crédulo. Ao invés de perder as ilusões, seu risco é ser conivente com elas, desde que sirvam a seus propósitos e interesses.

Dessa forma, para Figueira, ao incorporar a volubilidade, o capricho e a procura de uma supremacia qualquer, mesmo que com o triunfo imaginário (aliás, mecanismo que Machado estilizou, antecipando Freud – e a teorização psicanalítica), aplicável sobre os outros e consigo próprio, o romance de Brás Cubas traça certo tipo característico de organização narcísica das elites brasileiras.

Muitos brasileiros se sentem mal ou revoltam-se diante do quadro negativo, em que se mostra a incoerência do país com mais teratologias do que virtudes diante da lei. Tomam a comparação com o chamado primeiro mundo como falta de patriotismo, ou de um nacionalismo primário, como se pudesse ser auto-referente.

No entanto, o ‘desejo’ de comparação é sedimentado ao longo de nossa história, não sendo,

portanto, ato de vontade ou torcida ufanista.

Ressalta o autor *psi* que o amor ao Brasil não é fechar os olhos a supostas desvantagens. À semelhança do espaço pragmático de trabalho, já nomeado por Figueiredo, paralelo à faixa consubstanciada no ceticismo fácil, é dar-lhes objetividade. Um pressuposto fundamental à postura de persistência em quaisquer idéias coerentes com a prática e com a busca de resultados significativos, “é entender, através de um conhecimento mais concreto do que realmente somos, por que teremos sempre dificuldade de seguir à risca modelos europeus e norte-americanos – e o que então podemos fazer.”(FIGUEIRA, 1991,p. 186)

Alguns elementos evidenciam a dimensão do grau do trabalho de adequação à uma concretude maior da identidade brasileira, no próprio campo *psi*. Por exemplo, a presença de traços de compadrio nos próprios grupos, associações e instituições profissionais de psicanalistas, entre outros cacoetes da cultura brasileira. Não há publicações continuadas suficientes e o próprio confronto de idéias pende muito para o enfrentamento e o personalismo, em prejuízo do debate livre e de alto nível.

Ao levar em conta essas e outras especificidades, intensifica-se a oportunidade de um espaço institucional mais configurado. Essa constatação é válida para chegar a um patamar prático de um exercício profissional e teórico amadurecido.

Seguindo o mote do autor, não haveria no Brasil propriamente um campo intelectual psicanalítico, isto é, uma institucionalidade contínua, estabelecida, capaz de abrigar e estabelecer a tradição constituída, bem como a polêmica. Estas não se dão do nada, e sim a partir de uma referenciabilidade coerente, ou ao menos, direcionada em leito assentado. Para as discordâncias serem inteligíveis, é necessário que haja um entendimento comum sobre as variáveis e conceitos que estão em disputa.

Ele registra ainda que, por herança das situações políticas muito repressivas no país, esses jogos institucionais tendem a desembocar num afã de politização excessiva, com a rasteirização da *dicotomia democrático/não-democrático*, em detrimento do mérito.

No entanto, já há acumulado um saber brasileiro que, embora ainda não totalmente nomeado, tem, para o autor, enquanto teórico e como psicanalista clínico, foros pragmáticos de uma autonomia peculiar: “Para finalizar, é possível provisoriamente afirmar que, apesar de tantas dificuldades apontadas, é bem provável que tenhamos criado, justamente no campo da clínica e seguindo nossa grande tradição pragmática brasileira, alguma coisa que não sabemos ainda o que é.” (FIGUEIRA,1994,p.75)

Como aqueles fatores institucionais ocorrem mesmo entre analistas, que dizer do trabalho de clínica inerente à subjetivação brasileira – aos que procuram o consultório pelo incômodo dos sintomas que manifestam seus conflitos ?

Se mantida (sem julgamentos de valor) a ortodoxia, herdeira das escolas européias, seria alta a probabilidade do próprio sujeito em sofrimento cair num desencontro. Sem prejuízo de poder funcionar com algumas faixas de classe média elitizada, por exatamente poder trafegar com referências de outras sociabilidades, a prática mais abstraída do contexto em que vivem os brasileiros tenderia a uma vivência artificial da pretendida autonomização. O uso da filiação a relações demasiado pessoais, como prática corrente e de inserção na cultura cotidiana, é um exemplo que ensejaria ao analista um acolhimento menos ritualizado, com prováveis desdobramentos mais produtivos e menos deslocados. Considerar o substrato cultural de origem específica a facilitação

ao trabalho de identificação, ao alinhamento do sujeito com o seu problema, incluída a abordagem inventiva de um referencial de lei mais estável e funcional.

Em outro livro, *Freud e a difusão da psicanálise* Figueira, especialmente no capítulo “A questão da psicanálise nacional: psicanálise no Brasil, imitação ou criação?”

(FIGUEIRA, 1994, pp. 65-77), ao comentar uma forma de duplicidade que a importação psicanalítica provocaria, levanta outro ponto conexo com a dialética do realismo machadiano. O autor glosa e sublinha a crítica da anomalia da modernidade com liberalismo escravocrata, na indicação do dinamismo histórico específico dessas relações internas entre classes, bem como a importação postíça de idéias e termos conceituais inadequados, embora não descartáveis, para a realidade local.

Após mencionar um duplo dilema da psicanálise, por estar em aperfeiçoamento nos centros, e, na transposição para um outro ambiente cultural, ela deveria, necessariamente, para atingir seus objetivos de tratamento, desenvolver elementos inéditos. Figueira registra que há um duplo impedimento para isso:

“Em outras palavras, a importação psicanalítica cria um dilema interessante, pois as transformações que o saber importado sofre não são pensáveis a partir das definições e das auto-representações também importadas deste saber. O resultado de tudo isto é que certas realidades da nossa psicanálise acabam na posição de duplamente negadas, sendo a sua percepção, portanto, duplamente impedida.”(FIGUEIRA, 1994, p.73)

Apontará então ser oportuna e, de certo modo, imperativa, a transformação de conceitos e modos de lidar com as demandas de subjetivação, sob pena de inoperância ou baixo rendimento.

No contexto de um Congresso Nacional de Psicanálise, estrutura organizativa também referida no texto anterior do autor, cujo tema gravita em torno da questão da existência ou não de uma psicanálise brasileira, ele enfatiza: “(De passagem: todas essas elaborações devem muito ao pensamento de Roberto Schwarz, cuja obra é fundamental para compreender a situação da psicanálise no Brasil.)”.(FIGUEIRA, 1994, p. 73).

Após esse reconhecimento expresso de dívida a Schwarz, em que reitera a questão conexa da importação de idéias, que já na Europa sofrem dissociação, e, no Brasil, passam por uma segunda dissociação, Figueira comenta que um superego bem estruturado é pouco provável aqui. Para efeito de comparação, arrisco a expressão imprecisa de uma *média* de ocorrência no hemisfério norte, aonde o superego seria interiorizado e sistemático, embora não seja uniforme, dadas diferenças de culturas nacionais de longa tradição.

As identidades mais fixadas, presentes como tendência nos chamados países de primeiro mundo, são referenciais de questionamento à nossa relação com esses modelos, pois se formam numa cultura burguesa sedimentada em lei, cuja rotina mecanicista e ascética suscita patologias neuróticas. O modo de controle exercido pelo superego é assim definido pela repressão. Do estudo dos sintomas gerados pela obediência a essa lei repressiva, consolidada como termo geral, a psicanálise surge como uma crítica radical. Neste caso, as próprias instâncias tópicas seriam elaborações em parte significativa derivadas das condições da sociabilidade dessa modernidade capitalista, para ficar só num exemplo, que pode ser estendido a vários aspectos do arcabouço da formação da psicanálise. É interessante, aqui, indicar um olhar panorâmico às próprias influências científicas e culturais de Freud.

Portanto, para o desenvolvimento local da psicanálise, são recomendáveis como requisito uma série de mediações correspondentes às subjetividades em situação brasileira. Na formação brasileira o superego tenderia mais a uma definição pela transgressão, herdada por assimilação de

vários comportamentos insubmissos a regras, conscientes e inconscientes. Outro definidor seria por *déficit* no estabelecimento de relacionamentos respeitosos com o outro, considerando-o como um sujeito igual em direitos, autônomo e capaz de diálogo.

Como exemplos concretos de elementos que impõem essa mediação, teórica e clínica, poderiam ser citados os que seguem:

“Não é difícil notar, seguindo expressões como a já citada ‘para os amigos tudo, para os inimigos a lei’, que somos uma cultura familialista, que privilegia aqueles que nos são familiares em todos os sentidos, e na qual é a lei que é freqüentemente usada para lidar com estranhos ou com elementos potencialmente hostis. Além disso, a autonomia real do sujeito não é um valor entre nós, que não estimulamos que adultos jovens, por exemplo, saiam de casa e tenham a sua vida diferenciada assim que possível, como fazem tantos países do chamado primeiro mundo.”(FIGUEIRA,1994, p.75)

A cultura familialista impregnada em grande parte dos vínculos sociais, interfere também na relação *paciente/analista*. O paciente brasileiro genérico seria refratário a um tratamento distanciado, impessoal, com a pessoa do psicanalista apenas como o profissional inexpugnável. Para o autor, a situação de adaptação a uma certa personalidade não merece uma crítica feroz e sectária. Se não há uma aproximação pessoal, a probabilidade de o paciente não se sentir *tratado como gente* é palpável. O que induziria ao abandono da situação analítica, precipitando o comprometimento de sua finalidade maior.

A maturidade tardia do público brasileiro (principalmente aquele que é delimitado nas possibilidades de setores da classe média, incluído o aspecto financeiro) que demanda acesso à psicanálise, o envolvimento por longo tempo de vida nos imbróglios da teia da família, somada à característica de os jovens permanecerem muito tempo na dependência da casa familiar, são pertinentes para um contraste com outras nacionalidades européias. Por exemplo, a britânica, em que a escola psicanalítica própria caminha em um ambiente definido por valores típicos de empirismo, disciplina como traço culturalmente exigido, privacidade e a valorização da infância como chave da vida adulta.

A dependência geralmente prolongada daquele público, acredito, é um dos fatores reflexos da excentricidade de vínculos informais, privilégios, serviços de empregadas/os domésticos como ‘gente de casa’, infantilização com mimos, caprichos. Todos a alongar uma vida em certa forma de incesto social.

Outro ponto seria o de conceder ou evitar abertura para uma sugestão, conselho prático, e orientação fora do *setting*. Para Figueira, nada romperia mais a responsabilidade *transferencial* do que pensar ser possível quebrar a fala com o analisando como se num espaço de intervalo fora da transferência. No entanto, a total opacidade destoaria da média de interação de certa informalidade no trato pessoal cotidiano; característica, como já dito, para o bem e para o mal, da *pessoa* brasileira – adaptação que demanda, então, uma atitude especificada de caminhar num meio termo bastante sensível: original.

Essas evidências de material a ser trabalhado, com um manejo profissional diferenciado, levam a modalidade brasileira (em hipótese de haver um consenso mínimo sobre esse termo) de psicanálise à confecção de inserções relevantes nas linhas doutrinárias, geralmente importadas de escolas de outros países de tradição psicanalítica mais ‘na moda’.

Sem prejuízo de que a sólida técnica científica de Freud não possuiria uma elasticidade

capaz de desfigurá-la totalmente na pretensão, por ele afirmada insistentemente, de universalidade, é plausível que uma margem de plasticidade exija outros procedimentos e elaborações conceituais. As situações pessoais variam nas formações sócio-culturais específicas derivadas simultaneamente ao mundo europeu em que Freud e seus sucedâneos atuaram.

Uma questão chega a ser uma emblemática e curiosa *jaboticaba*, antecipa diferenças no jeito de estabelecer o *setting* (ambiente clínico do par analítico) e na transferência, na qual o analisando mostra, mais pelos afetos direcionados ao analista, do que pelo discurso consciente, as identificações e sentimentos inconscientes que perpassam seus conflitos e sintomas. Trata-se de um antecedente pragmático, mas muito referido ao entendimento cultural cotidiano da lei.

É o ponto do imposto de renda, com o trato, muito comum da combinação de um preço se o recibo for oficial. E outro, com um desconto significativo, para o caso de não haver recibo e a relação contratual ficar num âmbito de informalidade jurídica e contábil. Logo, excluindo a arrecadação tributária para o Estado (promotor do bem estar público) sobre a prestação de serviços privados por profissionais liberais (claro, não cabe aqui a generalização) que conduzem a relação transparente (e íntima) do sujeito com a lei. O efeito algo irônico derivado do conjunto dessa situação eventual, embora bastante concreta no mercado, já por si tem por função posicionar a reflexão. Como se fica, por assim dizer, diante da coerência de princípios civis?

Com esses exemplos, espera-se que a perspectiva de se resumir a questão sobre o caráter da identidade brasileira é comparativa, admite modelos relacionais, e até certo ponto, recepciona uma arquitetura variável da psicanálise: decalagens, dissociações, contradições estão consideradas na busca de identidade; ética, ideais, teorização, institucionalizações, estilo clínico, entre outras, a colocar o paciente em situação, no *setting*, e, por identificação, na cultura em que advém o sintoma pessoal que o leva ao tratamento.

Para Sérvulo Figueira essa questão, nas abordagens do analisando e do analista, bem como da instituição psicanálise, não é isenta desta ambiência e modo de ser. Para se constituir o sujeito mais saudável e afeto à realidade, faz-se necessário cumprir parâmetros de compromisso com autonomia, e, formação, ao mesmo tempo, do valor escolhido, das regras e dos princípios, enfim da lei, bem como a dignidade de se responsabilizar como um igual entre outros. Nem acima, nem aquém: singular.

Um diferencial relevante decorre dessa perspectiva de comparação e apropriação específica, que diz respeito ao desdobramento entre a psicanálise no Brasil e uma psicanálise brasileira. Ao se subsidiar no destaque que dá à análise de Roberto Schwarz para o caso, Figueira se posiciona quanto à segunda, no que chama de grande tradição pragmática brasileira, com ares possíveis de uma psicanálise renovada, diferente, mas ainda não definida como um conhecimento pronto.

A originalidade, portanto, está em continuar o trabalho dessa linhagem: a questão do sujeito brasileiro está em andamento. Ao lado do reconhecimento de todos os aspectos, entre volúveis e personalistas, brutos e postiços, naquela faixa de pragmatismo vislumbra-se um caráter promissor. A sustentação dessa promessa viria das críticas que fornecem conceitos para um conhecimento autônomo, nem reverente, nem dependente. Um conhecimento capaz de disponibilizar ao sujeito o acesso à sua forma madura; e, ao mesmo tempo, como parte do amadurecimento da vida civil no Brasil e das correspondentes passagens de subjetividades.

Situar funcionamento e estruturação, são entendimentos a perseguir, numa experiência concreta de acumulação sobre a especificidade do lugar e da movimentação do sujeito, sua

inteligência e desejo nessas coordenadas. Próprias, mas ao mesmo tempo integradas num todo. A chave teórica residiria menos na constatação lógica disso, e mais no modo como se pesquisa e pratica essa integração em curso, bem como no rendimento autônomo que só a sua análise imanente pode propiciar, sem premissas nem conclusões artificializadas. Cito:

“Adotamos modelos e ideais europeus e nos vemos, pensamos e funcionamos como se fôssemos europeus nas nossas auto-imagens oficiais e narcisicamente investidas. Mas, paralela e dissociadamente, como que em outro plano da realidade que escapa à nossa consciência, estamos alterando e pragmaticamente adaptando conceitos e procedimentos, de modo a torná-los mais funcionais na nossa realidade cultural cotidiana e profissional.”(FIGUEIRA,1994,p.74)

Somado mais esse acréscimo de uma adequação inconsciente, a psicanálise brasileira assim entendida seria um vetor para colocar as idéias no lugar, ou seja, com uma sensação de aderência ao curso dinâmico das demandas. A técnica ortodoxa pertenceria ao campo da psicanálise no Brasil. Opção de trabalho que pode resultar em sucesso para vários casos, mas não como regra.

Para o autor, essa opção se depara com possíveis ineficiências, tanto no trabalho clínico da dupla analítica, como após o término da análise, com o sujeito bem sucedido numa autonomia que não poderá ser exercida sem mediações. Logo, no próprio processo analítico, seria científico e de bom senso integrar elementos de um realismo prático.

Como ilustra Figueira:

“Em outras palavras, uma técnica criada para funcionar, por exemplo, com pacientes altamente interiorizados, disciplinados, mentais, autônomos e verbais como são os ingleses, dificilmente poderá funcionar sempre bem como uma população como a nossa, cuja subjetividade está organizada em torno de outros princípios.”(FIGUEIRA,1994,p. 76)

Como sabido, o próprio pai da psicanálise, grande estilista que foi, anotava em destaque a dívida para com os poetas e escritores preferidos como principais entre os artistas. A arte poética abriria caminho para a exploração do mundo psíquico, suas fantasias e formas simbólicas, por meio da sublimação. Ou seja, essa maneira da destinação de energia de fundo pulsional e sexual para atividades da cultura, relativizando a destrutividade, é posta em termos de linguagem. Por sua vez, esta situa tanto o criador, quanto o destinatário da produção artístico-simbólica em sua referência histórica. Haja consciência disso ou não.

Como facilmente podemos perceber, ao longo de todo esse percurso aproximativo, não é diferente o caráter da obra madura de Machado de Assis, comentada por Schwarz. Como assevera Figueira, seriam figuras análogas ao que representou a função freudiana no desbravamento rigoroso do sujeito imerso na cultura.

Uma diferença notável é que a obra e o gênio de Machado cumprem os dois misteres, como artista e pensador – leitor da literatura universal, pelo menos duas décadas antes de Freud.

A leitura crítica de Schwarz, demonstra ao olhar atento que a constatação de uma ordem incivil falha, não deixa de ser civilizatória a seu modo.

Essa contribuição de Schwarz, instigante à pesquisa, é inestimável na acumulação crítica nacional, sem deixar de mostrar que o escritor ao compor os mecanismos por que se movimenta Brás Cubas (e, ao fundo, em contraste, os personagens secundários) trata de limites internos da vida social, mas ao mesmo tempo e modo, do curso da história mundial. Localizar, dar um lugar ao sujeito brasileiro é também a missão crítica. Deixemos aos psicanalistas esse proveitoso e incontornável veio literário.

Nesse sentido, paradigmática é a fala : “Um outro ponto importante é que comparar o Brasil com a Europa não é dizer que somos inferiores ou que estamos errados; a comparação é tão-somente um método que nos permite perceber melhor a nossa diferença.”(FIGUEIRA,1994,p. 75)

Ou seja, é justificada a tese de que, quase um século e meio depois, com atualizações significativas no plano dos ‘estudos de interpretação do Brasil, aguardemos uma nova obra da magnitude daquele projeto delineado pelo autor Machado. Sobre o qual, conforme Figueira acentua, houve a rigorosa decifração analítica, como propriedade ímpar, por Roberto Schwarz. Aos vencedores, bem mais que batatas: a conquista do Id selvagem pelo Ego em (relativa) paz psíquica com a própria lei , brasileira?

Fantasia e traje civil

Passo agora a considerações sobre a obra de Octavio Souza, cuja nomeação já diz muito, *Fantasia de Brasil: As identificações⁵ na busca da identidade nacional*. Tratar-se-á de abordagem mais breve, com o propósito de marcar um modo diferente dessa relação, como pontuada pelos dois autores anteriores.

Diria que estes enfatizaram a interação *histórica* derivada da crítica concentrada na leitura de *Memórias póstumas* e “As idéias fora de lugar”. Souza, no que detectamos como apenas alguns pontos em caráter ilustrativo, acentua naquela relação menos a importação de idéias, e mais a dualidade entre uma identidade nacional *genuína* e a fantasia de exotismo dada como uma identificação para atender à expectativa do colonizador.

Nesse contexto, serei econômico quanto a este terceiro autor, por insistência em avaliar a sua formulação instigante a outro modo, abordando mais uma entrada psicanalítica em relação a uma fantasia de identidade pelo exotismo impingida pelo colonizador. Assinala-se, para isso, o caráter de *ponto de passagem* e predação, econômica e sexual, do que viria a ser a nação. Entre três modos listados por Freud de satisfação fálica, pelo narcísico, pela ação, ou pelo erótico, caberia ao Brasil o último como dominante. O que o autor comenta como não tendo nos trazido sabedoria alguma; embora, desmistificando, contraponha que na Europa não estivessem melhor em seus problemas. Deduzo que lá a satisfação seria mais direcionada à ação, contudo aprisionada na rotina entediante (da ubiquidade crescente da máquina burguesa como reprodução).

O Schwarz que ele citará é também o do ensaio Nacional por Subtração, no livro *Que horas são?*⁶. Ensaio que pontua que a importação de fatos culturais não pode ser anatematizada como invasora, nem absolutizada como modismo da hora, e que a pureza idealizada de uma cultura nacional por exclusão, na verdade é um mito e uma impossibilidade. Cabe a imagem do despejo do bebê com a água suja do banho. Em países periféricos a cultura é original à medida de uma assimilação

⁵ Insiro trecho de Freud, para situação de aspecto conceitual de identificação e sua importância na relação complexa de autonomização da identidade do sujeito frente ao modelo de autoridade ou afeto.

“É fácil exprimir numa fórmula a diferença entre essa identificação com o pai e a escolha do pai como objeto. No primeiro caso o pai é aquilo que se gostaria de ser, no segundo, o que se gostaria de ter. (...) Percebe-se apenas que a identificação se empenha em configurar o próprio eu à semelhança daquele tomado por “modelo”.” (FREUD, Sigmund. Psicologia de massas e análise do eu. In: _____ .Psicologia das massas e análise do eu e outros textos(1920-1923); tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p.62.

⁶ Disponibilizo a referência atualizada.

SCHWARZ, ROBERTO. Nacional por subtração. In: _____.Que horas são?: ensaios. São Paulo: Companhia mediadora de formas externas e uma acumulação de experiências realizadas simultaneamente à das Letras, 2006.

própria formação cultural.

Um item importante desse paralelo com o argumento de Schwarz no referido ensaio é o da suposição de uma identidade própria, de um nacionalismo exclusivo e excludente para se sentir afirmado, com a maior sutileza de uma resposta inconsciente, reativa ao interesse do desejo do Colonizador. Ou seja, ao reagir por um nacionalismo fechado, a força defensora de uma identidade brasileira pura nada mais estaria fazendo, ao cabo, do que a alocação identitária como exótica, mas reflexa; e não, própria, e menos ainda, estruturalmente autônoma.

Não tenho condição aqui de me estender, nem é essa a proposta, mas algumas dicas do autor vou registrar, como indicativos dessa questão da identidade como fantasia compensatória imaginária, auto-afirmativa, mas que ao fundo responde ou reage ao que o Outro a molda, a um desejo externo, portanto.

Por isso, o autor expressa que se trataria menos da ansiedade por fixação identitária, como a obsessão de descobrir à exaustão como nos identificamos, e mais de como falar a partir daí; acrescento: sem o delírio de obter uma face original *por decreto*.

Ao *brasileiro* caberia mais se despir das vestes herdadas de exotismo, e de uma busca de encenar uma identidade a qualquer preço (para fazer frente à angústia da sensação anômala de não ser?).

Caberia abandonar a encomenda de fantasia de exótico. A dependência ao *interlocutor credenciado* de autoridade exógena. Uma figura de que caberia comentário ao lugar que ocupa em várias estruturas narrativas relevantes na literatura brasileira.

Ainda, o sujeito mediano brasileiro assim identificado, se psicanalizado, filtraria a obrigação de exaltar o princípio do prazer, como que num dogma pseudo-exibicionista. O brasileiro precisa de se ater mais à realidade como ela é, ou seja, um certo pragmatismo desidentificador de ilusões inoculadas, que o afixam a papéis pré-programados.

Para superar a *encomenda do exótico*, faz-se a necessidade de instrumentos para o domínio da angústia frente ao estranho da indefinição. Conforme assenta o autor: “No entanto, o que nos interessa para o desenvolvimento do nosso argumento é um outro perigo, aquele que surge no momento em que um povo se mostra seduzido pela encomenda de exotismo da cultura ocidental.” (SOUZA,1994,p.146)

Essa questão do exotismo identitário vem incrustada no comando de que o Brasil se distinguiria dos outros países não apenas por ser diferente, mas por encarnar, na constituição de sua identidade, a própria diferença enquanto tal.

A afirmação de uma diferença mais diferente que as outras diferenças revela o escapismo da via da aparência exótica. A generalização cultural oficial dos países antes colonizadores, induz o exótico como uma demanda de usufruto. Um laboratório do ser *diferente*. E nessa ótica, retiram a dimensão política própria das ex-colônias. A outra entrada mais uma vez que atesta a dialética da concomitância da modernidade e do mito do liberalismo e seus valores como universais: a visão da colônia, e seu sucedâneo, sem processo social correspondente, de republicanização. A conformação menos óbvia induz a internalização do exótico como identidade. Desvela a armadilha inconsciente, porém efetiva, de que exatamente essa aparente identidade apressada, sirva, na prática histórica, para um viés de impotência a um movimento real de autonomia e identidade própria. Uma espécie de acordo da vítima com seu tutor.

Souza, apesar de reconhecer o caráter *monumental* de Antonio Candido em sua *Formação da literatura brasileira*, polemiza com o conceito de literatura *empenhada*. Ao atestar a solidez referencial da obra, parece ter um entendimento do termo empenho como uma questão submetida a ato de vontade, o que, creio, diferiria de Candido, que o formula enquanto tendência sistemática, creio. Cito Souza, que faz remissão a Candido:

“Em sua monumental Formação da literatura brasileira, Antonio Candido, logo de início, observa que a nossa literatura, em seu período de formação, é “uma literatura empenhada” na construção do Brasil enquanto nação:

“A literatura do Brasil, como a dos outros países latino-americanos, é marcada por este compromisso com a vida nacional no seu conjunto, circunstância que inexiste nas literaturas dos países de velha cultura. Nelas os vínculos neste sentido são os que prendem necessariamente as produções do espírito ao conjunto das produções culturais; mas não a consciência, ou a

intenção, de estar fazendo um pouco da nação ao fazer literatura.” (SOUZA, 1994, p.20)

Acresce também a questão do valor literário, que nessas obras seria falho. Ora, entendo que com essa observação Souza vai percorrer um caminho crítico em relação a atitudes nacionalistas cegas. Defenderá que não haveria propriamente uma tradição literária brasileira, a qual melhor faria a se reconhecer como parte integrante da tradição europeia. O autor reconhecerá expressamente Machado de Assis como exceção que confirma a regra.

A literatura nacional estaria mais preocupada em forjar uma identidade exclusivista, num âmbito de intervenção na história e na sociologia, do que em cumprir o seu critério estético.

Para tanto, o autor matiza o conceito de identidade como:

“... uma idéia de unidade e estabilidade que é conflitante com o descentramento que a descoberta do inconsciente introduz na consciência de si.(...) Deslocando-se a questão do plano individual para o social, as dificuldades permanecem, especialmente quando se trata de identidade nacional, a qual, dentre as formações sociais de identidade, é a formação que mais interessa aos argumentos que temos a adiantar.” (SOUZA, 1994, p.18)

Externamente, a identidade como uniforme está relacionada a diferença. Mas, na concepção do descentramento, não basta constatar, é preciso discernir o contraste: diferença em relação a quê? O que caracteriza, específica, essa diferença?

Internamente, o processo identitário liga-se à identificação. Seja no padrão consciente, seja na vinculação em plano mais profundo, a condicionamentos inconscientes.

Cabe aqui lembrar Freud: “A psicanálise conhece a identificação como a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa.”(FREUD, 2011, p.60)

Ligação esta que, transposta a um nível de identidade nacional, apontaria a relação reativa e contraditória, tanto de separação quanto de obediência aos comandos da Metrópole e aos modelos sucedâneos de corte europeu.

Voltando a Antonio Candido, também haveria um duplo movimento da literatura brasileira em direção à problemática da identidade.

Uma necessidade de diferenciar-se, mas com os ‘olhos’ do outro, como espelho ou reflexo de referência. Algo análogo à ligação com a função paterna.

Souza remete novamente a Candido:

“A questão da cópia de moldes estrangeiros é tema recorrente em nossa história intelectual, que comentaremos posteriormente: por ora, interessa notar que, fossem quais fossem as justificativas para a imperiosidade da afirmação de nossa diferença em relação a Europa e de nossa autonomia face aos portugueses, isto não impede que Antonio Candido se refira à nossa atitude psicológica, na mencionada controvérsia, dizendo que “agíamos, em relação a Portugal, como esses adolescentes mal seguros, que negam a dívida aos pais e chegam a mudar de sobrenome.”(Candido, 1981^a:28)”. (SOUZA,1994,p.22)

Souza concordará com o grande crítico literário que essa rebeldia é negativa para a obtenção de valor estético relevante.

Mas creio que por motivos, ao menos em parte, diferentes.

Souza utiliza as considerações que recorta a Octavio Paz para expressar sua posição, qual seja, a de que a literatura que se pretende brasileira deveria ter por *missão* não o *empenho*, mas o objetivo de alcançar qualidade de invenção na tradição da grande literatura ocidental. A simples troca de sobrenome sofreria de muitas contradições impeditivas da efetividade de fazer um pouco de nação ao fazer literatura. Seria, no fundo, como atitude imatura, um pedido de autorização tácito para ingressar na tradição de que faz parte.

Vou à referência que Souza faz a Paz : “A posição de Octavio Paz em relação a essa questão fica evidente na resposta que dá à pergunta que lhe é feita sobre o que pode fazer por seu país um escritor mexicano: “Não creio que os escritores tenham deveres específicos para com seu país. Têm para com a língua – e para com a sua consciência”” (SOUZA, 1994, p. 34)

Sem prejuízo do conteúdo intelectual da tese de Paz, há que se perguntar sobre uma adequação sobre possíveis anacronismos em história da literatura e das idéias estéticas, conforme o argumento de Souza. Que aliás, é psicanalista, embora reconheça a importância de críticos literários latino-americanos de estatura universal na sua elaboração, da qual aqui só vai um recorte.

Várias questões poderiam ser levantadas em relação a esses pontos, no entanto, registro apenas uma. Será que Souza não comete a desmedida inversa ao voluntarismo do *empenho*, quando pressupõe depender apenas da vontade do escritor seguir as regras da literatura universal como previamente dadas?

Parece-me que a crítica brasileira, tanto em Candido quanto em Schwarz (embora não só), ressalta que a literatura que tem interação inescapável com o processo social, tendo a forma literária caráter de condensação dos problemas ainda não discerníveis pelo olhar cotidiano. A operação artística terá maior felicidade quanto mais o ato da composição formal, exatamente por seu valor estético, sintetiza mecanismos, limites históricos e a situação dos conflitos de subjetivação.

Machado teria atingido a realização de excelência, tendo como um pressuposto fundamental a acumulação da literatura nacional pregressa, divisando também que as formas da literatura europeia não poderiam ser aplicadas diretamente. Mas o valor incontestável da obra madura do nosso escritor tem relevância maior, que perdura com viço até os dias de hoje, porque não foi indiferente a um caminho próprio e civilizacional do Brasil, incompatível com os privilégios e arcaísmos de sua elite dominante.

A estatura literária de Machado também seria sintoma de constatação da outra citação que o

psicanalista faz a Candido e Schwarz, entre outros estudiosos, atestando, a seu ver, a ligação entre as insuficiências estéticas da literatura em sua formação. O que não passa sem uma reflexão: os ideólogos e políticos poderiam ter por dever de consciência a contribuição para o liberalismo ou a forma republicana tomados como *universais*? Como ficariam os condicionamentos internos do subdesenvolvimento? E a hegemonia concreta dos países de largas tradições, obtidas historicamente precisamente por nacionalismos?

Segue a citação:

“(...) por exemplo, Antonio Candido observa, (...), o quanto a dimensão inventiva da ficção se encontra prejudicada, nos autores da literatura brasileira em seu período de formação, justamente pela obrigatoriedade de cantar o esplendor de nossa natureza exuberante, tantas vezes dada com o próprio Paraíso Terrestre.

Também no campo da inventividade política, nossas idéias estariam sempre fora do lugar, segundo Roberto Schwarz (cf.Schwarz, 1988:13-54), que, a esse respeito, segue algumas indicações do próprio Sérgio Buarque de Holanda(...)”. (SOUZA, 1994, p.107)

De toda forma, apenas pelos poucos traços acima abordados desse livro de Octavio Souza, vimos que o debate sobre o estatuto da identidade nacional se aprofunda quando examinado em conjunto com o andamento da literatura e da forma política brasileira. Um requisito para expandir uma brasilidade autônoma é superar alianças inconscientes. Estas, têm efeitos que aprisionam em papéis de identificações supostamente próprias, mas que na interpretação mais profunda, atendem a expectativas alheias.

Como fecho a essa parte, Souza, à semelhança dos outros *psi* quanto a espaços pragmáticos e sem nomeação pronta, indica ingrediente relevante para pensar a autonomização do sujeito brasileiro como dependente sim, ao mesmo tempo, da formulação de um espaço civil, laico e ciente de seu lugar: “O título Fantasia de Brasil enfatiza o quanto a busca de identidade nacional acabou por resultar na confecção de uma fantasia cujo exotismo dificulta qualquer tentativa de nos apresentarmos em trajes civis.”(SOUZA,1994,p.16)

Uma figuração final alegoriza essa *imposição* de uma esfera civil. Aponta para a gravidade ímpar da situação da desigualdade social, que, por definição, não pode ser encoberta como exotismo, salvo à indiferença interna ou à surpresa distanciada do visitante eventual, que bem pode sugerir, sintomaticamente, representação à superfície de uma profunda assimetria nas relações dialéticas entre centro e periferia.

É o relato, na conclusão do livro, acerca do psicanalista estrangeiro que expressa incômodo emocionado, diante do seu cicerone, ao constatar crianças abandonadas nas ruas: eu não conseguiria dormir com isso. Ao que o autor, em pessoa, replicaria: ‘como então você consegue dormir?!’. Pontua que a psicanálise implica que o dito não quer dizer apenas o que vocaliza: é mais fácil (ao estrangeiro) discriminar o país do assassinio de meninos de rua do que o do carnaval e do futebol. Espetáculos que, no mesmo país, costumam motivar elogios e usufruto, acrescento. Deduzo que a advertência sirva, em causalidade recíproca, aos ufanismos internos dos habitantes que nesse país se enganam com figurinos sobre eles aplicados, sem inocência, que lhes mitigam a dor do reconhecimento realista.

Coerentemente, o autor acentua no ponto final: “Neste ponto, todo cuidado é pouco!”. (SOUZA,1994,p.194).

Em torno de uma conclusão : as idéias no lugar

Findo o percurso deste trabalho, que tem caráter parcial, recapitularei alguns tópicos. Escolhi alinhar alguns aspectos em que a obra de Schwarz – a qual, como ele registra, deve muito a Candido – assume uma dimensão de fundamento em outras áreas.

Procurei essa relação em três autores psicanalistas, destacando remissões que fazem a Schwarz. O problema da formação do Brasil, em perspectiva comparativa, foi estudado sob ângulos diversos. A contribuição do crítico, em particular com o famoso ensaio das idéias fora de lugar e a leitura das *Memórias póstumas*, residia na chave histórica nacional posta na própria composição da forma. A configuração do que viria a se chamar Brasil já nascera como face simultânea do capitalismo, será enfatizada como matriz da sensação de deslocamento, que tem consequências na forma do sujeito brasileiro se definir no tipo de relação com a lei ou sua transgressão naturalizada.

Cada um a sua maneira, os três autores constroem, sob os pressupostos de Freud, visões convergentes de necessários espaços críticos para pensar aspectos estruturais da identidade brasileira.

Em termos reduzidos, tanto o espaço de trabalho prático assinalado por Figueiredo como diferenciado ao ceticismo fácil, como o da grande tradição pragmática que Figueira ilustra como formadora de um psicanálise brasileira, e ainda, o necessário abandono das fantasias de exotismo em direção ao uso de trajes civis, ao se referenciar no rigor da análise schwarziana superpõem-se, de modo a acrescentar valor crítico e complexidade de resultados a uma combinação de várias dialéticas.

Na perspectiva de continuação em outros trabalhos, julgo profícuo encerrar com as palavras certas de Schwarz, numa reflexão posterior a muitas polêmicas a respeito do ensaio As idéias fora do lugar. Diz que houve um mal-entendido, derivado do título, que teve sorte em se tornar conhecido, mas atrapalhou. Na sequência, o ensaio procurava superar esse falso problema. A constelação das idéias modernas no Brasil seria duplamente inscrita, com a coexistência de feição própria inserida no movimento contemporâneo do mundo. Se conduzida de modo convincente, a vantagem da reflexão estética é atitude dialética e desalienante de “entender o dado local como parte da atualidade em sentido amplo, e não como nota pitoresca, de interesse apenas provinciano.”(Schwarz, 2012, p.169)

Ele chamará de espaço com força própria a articulação das disciplinas que a compartimentalização intelectual costuma seccionar. Da experiência local posta diante do andamento histórico do presente mundial, e deste, avaliado com a ótica daquela experiência, incluída a possibilidade de uma mútua ironização, surge valor crítico ainda não devidamente explorado.

Certamente, parcela relevante dessa exploração decorre da articulação entre a crítica histórica de Roberto Schwarz e a psicanálise brasileira. Elaboração cuja magnitude este artigo, a seu modo, procurou tangenciar nesses autores, a título de um passo a ser desdobrado em trabalhos futuros.

*

Referências

- FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. Machado de Assis, Roberto Schwarz: psicanalistas brasileiros? In: _____. *Nos bastidores da psicanálise: sobre política, história, estrutura e dinâmica do campo psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991. p. 181-6.
- _____. *Freud e a difusão da psicanálise: estudos sobre a estrutura e o funcionamento do campo psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.
- FIGUEIREDO, Luis Cláudio. Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos. São Paulo: Escuta, 1995. (Sexto lobo).
- FREUD, Sigmund. A dissecação da personalidade psíquica. In: _____. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*. (1930-1936); tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.192-223.
- _____. *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. In: _____. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos* (1920-1923); tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000. p. 9-31.
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed.34, 2000.
- _____. Por que “ideias fora do lugar”? In: _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Octavio. *Fantasia de Brasil – As identificações na busca da identidade nacional* (Souza, Octavio. São Paulo: Editora Escuta 1994. – (Sexto lobo)).

Recebido em: 08/09/2017

Aceito para publicação em: 09/12/2017